



CURSO COMPLETO DE

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PROFESSOR: RAFAEL JARDIM



CURSO COMPLETO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:
PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- Jurisprudência do TCU aplicada à Lei 8.666/93, RDC e Lei das Estatais

APRESENTAÇÃO

Este curso propõe ao participante o acesso prático, contextualizado e organizado aos mais variados tópicos relacionados à vasta jurisprudência do TCU sobre o planejamento, a licitação e a fiscalização de obras públicas, reunindo e descomplicando as novidades e todo o arcabouço legal envolto ao tema: Lei de Licitações; RDC e Lei das Estatais. Tudo isso de forma moderna e online, na plataforma EAD exclusiva da JML.

Chuvas, extrapolações aos limites contratuais de 25%, BDI, obras emergenciais, distâncias de transporte, condições de habilitação, diferenças entre empreitadas globais e empreitadas por preço unitário, tópicos especiais de orçamento, adaptações aos sistemas referenciais de preços, prazo da obra, responsabilidade dos fiscais da obra e toda a complexa malha de assuntos relacionados ao assunto. Mas não só isso! O curso abordará também as ainda discutidas novidades trazidas pelo RDC e das Lei das Estatais: contratação integrada e semi-integrada, orçamento sigiloso, pregão para obras de engenharia, inversão de fases licitatória, contratos de eficiência e muito mais.

O professor Rafael Jardim Cavalcante propõe as participantes a tradução prática da recém lançada 4ª Edição do seu livro “Obras Públicas: Comentários à Jurisprudência do TCU” (Editora Fórum), prefaciado por Prof. Marçal Justen Filho.

Mais que uma apresentação passo a passo dos principais entendimentos do TCU sobre obras públicas, o treinamento pretende clarificar um standart de raciocínio para a solução dos problemas que rodeiam o tema – envolvendo a necessária relação entre engenharia, arquitetura e direito administrativo –, capaz de suportar a solução das mais variadas situações que fatalmente irão surgir no dia-a-dia dos agentes públicos que militam nessa seara.

Aos fiscais, membros de comissão de licitação, orçamentistas, projetistas e gestores um compêndio historiado das trilhas legais para o bom e regular emprego de recursos públicos em obras públicas. Aos operadores do direito, uma extensa lista de construções factuais indispensáveis à correta subsunção jurídica de casos concretos nessa área.



OBJETIVO

- ✓ Situar os participantes quanto aos principais entendimentos do TCU em relação a temas polêmicos envolvendo a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas, contextualizando diferenças e semelhanças entre a Lei 8.666/93, o RDC e a Lei das Estatais.
- ✓ Desenvolver uma visão crítica de um padrão de raciocínio legal para a solução dos problemas que rodeiam a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas, capaz de suportar a solução de situações gerais do dia-a-dia administrativo.
- ✓ Apresentar as principais novidades do RDC e da Lei das Estatais impactantes no planejamento, na licitação e na fiscalização de obras públicas.
- ✓ Apresentar a jurisprudência do TCU sobre obras públicas em um contexto coerente entre o direito administrativo, a engenharia e a arquitetura.
- ✓ Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas.

PÚBLICO ALVO

- ✓ Fiscais de contrato, membros de comissão de licitação, auditores, consultores jurídicos, ordenadores de despesa, orçamentistas de obras públicas, engenheiros, arquitetos, advogados e estudantes.

VANTAGENS DO CURSO

- ✓ Curso EAD, com flexibilidade para adaptação de tempo e ao ritmo de cada um;
- ✓ Central de dúvidas online, com respostas para as dúvidas do dia a dia que fatalmente irão aparecer;
- ✓ Conteúdo teórico e prático, desenvolvido à luz das orientações dos órgãos de controle;
- ✓ Professor com vasta experiência na matéria em cursos EAD;
- ✓ Material didático diferenciado da JML;
- ✓ Profissionalismo e rigor científico.



PROFESSOR



RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é o atual Secretário de Fiscalização de Bancos e Fundos de Pensão do TCU e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte. Coautor dos livros “Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU” – 4ª Edição, “O RDC e a Contratação Integrada na prática” , “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance” e “O Controle da Administração Pública na Era Digital”. No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável

pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e também de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014. Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina. Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I – INTRODUÇÃO

✓ CAPÍTULO I – Contextualização

- Por que as obras públicas são uma contratação diferente?
- Fundamentos de hermenêutica jurídica, aplicada a obras públicas;
- Princípios fundamentais aplicáveis a licitações públicas;
- O papel da jurisprudência na interpretação do direito;
- Comparativo entre a Lei 8.666/93, o RDC e a Lei das Estatais – Princípios fundamentais;
- Discricionariedade e motivação;
- Visão geral da obra pública: iniciação, planejamento, execução, fiscalização e controle.

✓ CAPÍTULO II – Legislação Aplicável

- Apresentação da Legislação;
- Aplicabilidade da Lei 8.666/93;
- Aplicabilidade da Lei 10.520/2002 – A Lei do Pregão;
- Aplicabilidade da Lei 12.462/2011 – O Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
- Aplicabilidade da Lei 13.303/16 – A Lei das Estatais.



MÓDULO II – PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

✓ CAPÍTULO III - Estudos de Viabilidade

- Definição;
- Motivação: balanço comparativo;
- Viabilidade técnica;
- Viabilidade financeira;
- Viabilidade econômica;
- Viabilidade ambiental;
- Viabilidade do processo licitatório;
- Responsabilidade pela deficiência dos estudos de viabilidade;
- Jurisprudência aplicada.

✓ CAPÍTULO IV - Elaboração de Projetos – Parte I

- Anteprojeto e estudos preliminares:
 - Orçamentação paramétrica;
 - Números mágicos da construção civil.
- Projeto básico: elementos mínimos:
 - Precisão do projeto básico;
 - Projeto simplificado para casos de emergência.
- Projeto executivo: definição e aplicação;
- Jurisprudência aplicada.

✓ CAPÍTULO V - Elaboração de Projetos – Parte II

- Principais problemas na elaboração dos projetos e potenciais mitigações de riscos;
- Contratação do projeto:
 - Técnica e preço ou menor preço;
 - Orçamento do projeto.
- Jurisprudência aplicada.

MÓDULO III – EDITAL

✓ Capítulo VI - Contratação Direta

- Dispensa x inexigibilidade;
- Casos de contratações emergenciais;
- Contratação direta pelo valor da obra ou serviço de engenharia (8.666 e Lei das Estatais);
- Contratação de especialista por notório conhecimento;
- Remanescente de obra (8666 e novidades do RDC e da Lei das Estatais);
- Outros casos de contratação direta para obras e serviços de engenharia.



✓ Capítulo VII - Construção do Edital - Parte I

- Motivação do uso do RDC ou da Lei Geral de Licitações;
- RDC e Lei das Estatais e o uso das diferentes “trilhas licitatórias”;
- Novidades do RDC e da Lei das Estatais na composição do edital:
 - A inversão de fases;
 - Os novos critérios para a seleção da melhor proposta;
 - O orçamento sigiloso;
 - Lances abertos, fechados, combinados e o uso do pregão;
 - Lances intermediários.

✓ Capítulo VIII - Construção do Edital - Parte II

- Critérios de julgamento;
- Prazos de publicação na Lei Geral de Licitações, no Pregão, no RDC e na Lei das Estatais;
- Publicidade;
- Escolha do tipo de empreitada: preço global x preço unitário (Acórdão 1.977/2013-TCU-Plenário);
- Construção da matriz de riscos.

✓ Capítulo IX - Construção do Edital - Parte III

- Habilitação x classificação;
- Principais falhas observadas nas condições de habilitação;
- Critérios de classificação;
- Desclassificação;
- Inexequibilidade;
- Jurisprudência do TCU.

✓ Capítulo X – A Contratação Integrada

- Definição;
- Motivação do uso;
- Elementos do Anteprojeto;
- Orçamento da contratação integrada e aplicabilidade do Sicro/Sinapi.

✓ Capítulo XI – Contratação Semi-integrada e aditivos

- Contratação semi-integrada;
- Aditivos na contratação integrada;
- Matriz de riscos;
- Seguros;
- Jurisprudência do TCU.

MÓDULO IV – ORÇAMENTO

✓ Capítulo XII – Princípios do orçamento

- Definições de orçamento;
- Princípios do orçamento;



- Princípios do orçamento ligado ao setor público;
 - Tipos de orçamento;
 - Orçamento segundo as Leis 8.666/93, RDC e Lei das Estatais;
 - Custo Direto x Despesas indiretas x Custos indiretos.
- ✓ Capítulo XIII – Custo direto – Parte I
- Custo Direto;
 - Decreto 7.983/2013 – Sicro, Sinapi, sistemas estaduais e municipais e pesquisas de preço;
 - Limites de Preços no RDC e na Lei das Estatais;
 - Composições de custo unitário;
 - Materiais;
 - Consumos, perdas e pesquisas de preço;
 - Custos de transporte.
- ✓ Capítulo XIV – Custo direto – Parte II
- Custo Direto;
 - Mão de obra;
 - Produtividade e salários base;
 - Encargos sociais;
 - Grupos A, B, C e D;
 - Encargos Adicionais;
 - Horistas x mensalistas;
 - Efeitos das chuvas sobre os custos de mão de obra;
 - Desoneração da folha de pagamento.
- ✓ Capítulo XV – Custo direto – Parte II - Continuação
- Equipamentos;
 - Custos operativos e custos improdutivos;
 - Depreciação;
 - Juros;
 - Manutenção;
 - Mão de obra;
 - Diesel e lubrificantes;
 - Cálculo do custo horário a partir da pesquisa de preços do equipamento.
- ✓ Capítulo XVI – Custo direto – Parte III
- Composição de equipes mecânicas;
 - Tempo de ciclo;
 - Fator de empolamento;
 - FTT;
 - Adaptação de composições a partir das equipes mecânicas.



✓ Capítulo XVII – BDI, prazo da obra e revisão do orçamento - Parte I

- BDI - definição;
- Acórdão 2622/2013-Plenário;
- BDI diferenciado para materiais;
- Maximização de tributos no BDI: desclassificação da proposta?
- Jurisprudência aplicada.

✓ Capítulo XVIII – BDI, prazo da obra e revisão do orçamento - Parte II

- Custos indiretos;
- Administração local;
- Mobilização e desmobilização do canteiro;
- Manutenção do canteiro de obras;
- Dimensionamento do prazo da obra;
- Diagrama PERT/COM;
- Atraso na obra: o que fazer e como embasar eventual aditivo?
- Jurisprudência aplicada;
- Revisão do orçamento.

MÓDULO V – FISCALIZAÇÃO DA OBRA

✓ Capítulo XIX – Obrigações do fiscal e principais irregularidades

- Fiscal x gestor do contrato;
- Responsabilidade do fiscal;
- Atribuições gerais e específicas do fiscal;
- Exigência de ART;
- Contratação da supervisora;
- Química contratual;
- Contratos verbais com a administração;
- Jurisprudência do TCU.

✓ Capítulo XX – Fiscalização dos encargos trabalhistas

- IN MPOG – IN 06/2018.

MÓDULO VI – ADITIVOS CONTRATUAIS

✓ Capítulo XXI – Teoria Geral dos Contratos

- Subsidiariedade da teoria geral dos contratos;
- Princípios gerais da teoria geral dos contratos aplicáveis a obras públicas;
- O princípio da boa-fé;
- O princípio da livre manifestação de vontades;
- O princípio da função social do contrato;
- Elementos de validade do contrato;
- Teoria das áleas;
- Teoria da imprevisão.



- ✓ Capítulo XXII – Aditivos: comparativo entre as Leis 8.666, RDC e Lei 13.303 – Parte I
 - Contratos administrativos;
 - Matriz de riscos e segurança jurídica;
 - Alterações unilaterais x alterações consensuais;
 - A questão do “acordo entre as partes”;
 - Alterações quantitativas x alterações qualitativas;
 - Substituição de garantias;
 - Modificação do regime contratual;
 - Modificação de tributos e a questão do IRPJ e da CSLL.

- ✓ Capítulo XXIII – Aditivos: comparativo entre as Leis 8.666, RDC e Lei 13.303 – Parte II
 - Forma de cálculo dos 25% contratuais;
 - Extrapolação dos 25% contratuais;
 - Itens novos no orçamento;
 - Jogo de planilhas;
 - Cláusulas de reajuste e repactuação.

MÓDULO VII – ENTREGA DA OBRA

- ✓ Capítulo XXIV – Entrega da obra e responsabilidade do construtor
 - Recebimento provisório;
 - Recebimento definitivo;
 - Art. 618 do Código Civil e a garantia da obra;
 - Responsabilidade objetiva;
 - Excludentes da responsabilidade objetiva;
 - Responsabilidade solidária do administrador.

CARGA HORÁRIA



12 horas/aula



4 horas complementares –
atividades dirigidas

(conteúdo, vídeo aula, leitura
complementar e exercícios)



Total da carga horária para
certificação: 16 horas



INVESTIMENTO

APENAS:

R\$ 1.750
(mil setecentos e cinquenta reais)

CONTEMPLA



12 horas
de vídeo aula
+ 4 horas
complementares



Material
complementar para
cada módulo
(PPT + leitura
complementar +
exercícios)



Certificado Digital
emitido após
conclusão, com carga
horária total de 16
horas para curso
completo



E-books para leitura
complementar
(disponibilizado na
plataforma)



GRUPO

JML

PESSOAS • SERVIÇOS • TECNOLOGIA

CENTRAL DE RELACIONAMENTO JML

41 3595.9999

www.jmleventos.com.br – www.eadjml.com.br